



Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Revista Publicando, 5 No 16. (1). 2018, 265-286. ISSN 1390-9304

Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Rufino Borges José Sitak¹, Pedro Fernandes Bumba², Yanara Dorado Santana³

1 Estudante do 4º ano no Instituto Superior de Ciências da Comunicação, Curso de Ciências da Informação. Luanda, Angola. rufinositak@gmail.com

2 Estudante do 4º ano no Instituto Superior de Ciências da Comunicação, Curso de Ciências da Informação. Luanda, Angola.

3 Departamento de Ciências da Informação. Escola de Comunicação. Universidade de Havana, Cuba. Professora no Instituto de Ciências da Comunicação (ISUCIC) de Luanda, Angola. yanydorado@gmail.com

RESUMO

As instituições museológicas surgem pela necessidade de guardar, preservar, conservar e fazer conhecer os acervos museológicos (considerados patrimônio) que representam a cultural e história de um indivíduo, instituição ou país de acordo a finalidade pela qual foi criada. Este artigo aborda de uma forma sucinta e coerente sobre a importância destas instituições na preservação da cultural e memória de um povo, bem como o papel que desempenha na tramitação e externalização do conhecimento histórico-cultural. Angola é um país rico em cultura e história pelo Decreto presidencial nº 44/11 de sete de Março, estabelece o estatuto orgânico destas instituições e a responsabilização atribuídas a elas pela guarda e divulgação dos acervos sobre tudo aqueles que detém informações sobre a cultura, e história deste país, para tanto faz-se uma abordagem sobre o surgimento e importância dos museus em Angola. Para tanto, foram revisadas as normativas que regem o Instituto do Nacional do Patrimônio Cultural e da Direção Nacional dos museus de Angola, bem como a Lei Constitucional da Republica de Angola e os fatos ocorridos no processo e construção da Museologia nos país, por serem os museus a maior instituição que protege, conserva e exhibe estes bens patrimoniais. Como resultado parcial observou-se a importância das instituições museológicas na construção do conhecimento público e na preservação do patrimônio cultural nacional de Angola.

Objetivo: Analisar a importância dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural de Angola.

Metodologia: Para a consolidação dos dados utilizou-se a metodologia qualitativa fazendo uma análise bibliográfica e documental, consistente na análise de toda a fonte



Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Revista Publicando, 5 No 16. (1). 2018, 265-286. ISSN 1390-9304

bibliográfica referente a esta temática de acordo com a relevância e pertinência do sujeito, a obtenção de informações foi feita através de consultas em livros, artigos e periódicos. Em outra fase, utiliza-se a pesquisa de campo na Direção Nacional dos Museus.

Conclusões: Preservar o patrimônio histórico e cultural dos povos faz com que as marcas de sua história se perpetuem no tempo, assegurando sua diversidade cultural e o planejamento de construções dinâmicas que enriqueçam ainda mais aquela região. Os museus desde a sua formação são instituições criadas para salvaguardar os bens patrimoniais de um indivíduo ou povo. Os museus públicos de um país são de grande importância por que contribuem para a preservação do memorial cultural coletivo de um país por serem instituições tuteladas pelo poder público, além de preservar contribuem significativamente para construção social e integração cultural sobre tudo em países pluriétnicos como é o caso de Angola. Por outro lado, por possuírem documentos com grande ênfase da vivência passada dos homens são também instituições que passam e testemunham o conhecimento vivido e construído pelos antepassados a fim de serem compartilhados pelos seres vivos do presente.

Palavras Chaves: Patrimônio Cultural, Preservação, Museus Públicos, Angola.



Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Revista Publicando, 5 No 16. (1). 2018, 265-286. ISSN 1390-9304

Brief approach to the role of public museums in the preservation of cultural heritage: the public museums of Angola.

ABSTRACT

The museological institutions come from the need to preserve, preserve, and make known museological collections (considered heritage) that represent the cultural and history of an individual, institution or country according to the purpose for which it was created. This article deals briefly and coherently with the importance of these institutions in preserving the cultural and memory of a people, as well as the role it plays in the processing and externalization of historical-cultural knowledge. Angola is a country rich in culture and history by Presidential Decree No. 44/11 of March 7, establishing the organic status of these institutions and the accountability attributed to them by the custody and dissemination of the collections on all those who hold information on culture, and the history of this country, so much is an approach on the emergence and importance of the museums in Angola. To this end, the regulations governing the National Cultural Heritage Institute and the National Directorate of the Angolan museums were reviewed, as well as the Constitutional Law of the Republic of Angola and the facts that occurred in the process and construction of Museology in the parents, because they are the museums the largest institution that protects, preserves and displays these patrimonial assets. As a partial result, it was observed the importance of museological institutions in the construction of public knowledge and in the preservation of Angola's national cultural heritage.

Objective: To analyze the importance of public museums in preserving the cultural heritage of Angola.

Methodology: To consolidate the data, a qualitative methodology was used, making a bibliographical and documentary analysis, consisting of the analysis of the entire bibliographic source referring to this subject according to the relevance and pertinence of the subject, obtaining information was done through consultations in books, articles and periodicals. In another phase, field research is used in the National Directorate of Museums.

Conclusions: Preserving the historical and cultural patrimony of the peoples makes the marks of its history perpetuate in time, ensuring its cultural diversity and the planning of dynamic constructions that further enrich that region. Museums since their formation are



Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Revista Publicando, 5 No 16. (1). 2018, 265-286. ISSN 1390-9304

institutions created to safeguard the assets of an individual or a people. The public museums of a country are of great importance because they contribute to the preservation of the collective cultural memorial of a country because they are institutions protected by the public power; in addition to preserving contribute significantly to social construction and cultural integration especially in multiethnic countries as is the case of Angola. On the other hand, because they possess documents with great emphasis on the past experience of men, they are also institutions that pass and witness the knowledge lived and built by the ancestors in order to be shared by the living beings of the present.

Key words: Cultural Heritage, Preservation, Public Museums, Angola.



Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Revista Publicando, 5 No 16. (1). 2018, 265-286. ISSN 1390-9304

Breve acercamiento al papel de los museos públicos en la preservación del patrimonio cultural: los museos públicos de Angola.

RESUMEN

Las instituciones museológicas surgen por la necesidad de guardar, preservar, conservar y hacer conocer los acervos museológicos (considerados patrimonio) que representan la cultura e historia de un individuo, institución o país de acuerdo a la finalidad por la cual fue creada. Este artículo aborda de forma sucinta y coherente sobre la importancia de estas instituciones en la preservación de la cultura y la memoria de un pueblo, así como el papel que desempeña en la tramitación y externalización del conocimiento histórico-cultural. Angola es un país rico en cultura e historia por el Decreto presidencial nº 44/11 de 7 de marzo, que establece el estatuto orgánico de estas instituciones y la responsabilización atribuidas a ellas para la custodia y divulgación de los acervos, sobre todo, aquellos que poseen informaciones sobre la cultura y historia de este país. Para ello se hace un abordaje sobre el surgimiento e importancia de los museos en Angola. Se revisaron las normativas que rigen el Instituto del Nacional del Patrimonio Cultural y de la Dirección Nacional de los museos de Angola, así como la Ley Constitucional de la Republica de Angola y los hechos ocurridos en el proceso y construcción de la Museología en el país, por ser los museos la mayor institución que protege, conserva y exhibe estos bienes patrimoniales. Como resultado parcial se observó la importancia de las instituciones museológicas en la construcción del conocimiento público y en la preservación del patrimonio cultural nacional de Angola.

Objetivo: Analizar la importancia de los museos públicos en la preservación del patrimonio cultural de Angola.

Metodología: Para la consolidación de los datos se utilizó la metodología cualitativa haciendo un análisis bibliográfico y documental, consistente en el análisis de toda la fuente bibliográfica referente a esta temática de acuerdo con la relevancia y pertinencia del sujeto, la obtención de informaciones fue hecha a través de consultas en libros, artículos y periódicos. En otra fase, se utiliza la investigación de campo en la Dirección Nacional de los Museos.

Conclusiones: Preservar el patrimonio histórico y cultural de los pueblos hace que las marcas de su historia se perpetuen en el tiempo, asegurando su diversidad cultural y la planificación de construcciones dinámicas que enriquezcan aún más esa región. Los



Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Revista Publicando, 5 No 16. (1). 2018, 265-286. ISSN 1390-9304

museos, desde su formación son instituciones creadas para salvaguardar los bienes patrimoniales de un individuo o pueblo. Los museos públicos de un país son de gran importancia porque contribuyen a la preservación del memorial cultural colectivo de un país por ser instituciones tuteladas por el poder público, además de preservar, contribuyen significativamente a la construcción social e integración cultural sobre todo en países pluriétnicos, como es en el caso de Angola. Por otro lado, por poseer documentos con gran énfasis de la vivencia pasada de los hombres, son también ,instituciones que pasan y testimonian el conocimiento vivido y construido por los antepasados a fin de ser compartidos por los seres vivientes del presente.

Palabras Claves: Patrimonio Cultural, Preservación, Museos Públicos, Angola.



Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Revista Publicando, 5 No 16. (1). 2018, 265-286. ISSN 1390-9304

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de preservação do patrimônio histórico e cultural enseja questionamentos relevantes, como por exemplo, de quem é a responsabilidade por manter preservado o patrimônio cultural? Quais são os meios e formas disponíveis para tornar-se um imóvel como integrante do patrimônio cultural? Quem e o que define o que deve fazer parte do patrimônio cultural? Qual a legislação que regulamenta a proteção a esses bens? São várias as questões com relação a esta temática.

Segundo Flores e Boch (2010) a preservação é o meio ambiente histórico e cultural de uma localidade, comunidade, cidade, região deve ser incentivada na atual sociedade - independentemente da evolução da sociedade frente à globalização ou frente ao mercado de consumo descontrolado - através de políticas públicas que visem manter viva a história e identidade de seu povo colonizador, no intuito de evitar dissipar a geração antecedente. E nos ordenamentos jurídicos Angolanos a Lei Prevê a proteção, preservação e a divulgação destes bens culturais e histórico.

A metodologia de investigação utilizada para se chegar aos resultados pretendidos foi a de caráter qualitativo que segundo Minayo (2001), diz que este tipo de pesquisa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e nos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

E como método para obtenção ou coleta de dados utilizou-se num primeiro momento a pesquisa bibliográfica, e documental, depois para a verificação da realidade outra obra analisada por estes dois métodos de pesquisa, efetuou-se outra que é a pesquisa de campo a Direção Nacional dos Museus, nesta para a coleta de dados fez-se uma entrevista semiestruturada com base a um questionário pré-elaborado ao Diretor Nacional Dos Museus, este forneceu um artigo no portal ANGOP aonde já tenha sido entrevistado abordando a mesma temática.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. As Instituições Museológicas: Origem, e Função Social.

O museu tem a sua origem no colecionismo. Em critério de Renault e Araújo (2015), pensando na constituição dos arquivos, museus e bibliotecas em nossa sociedade, de imediato, surge à questão da preservação destes espaços, da organização e recuperação da informação colecionada nestas instituições.



Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Revista Publicando, 5 No 16. (1). 2018, 265-286. ISSN 1390-9304

As primeiras coleções aparecem durante a pré-história e estão ligadas a valores sobrenaturais. Os utensílios comuns, aqueles que eram usados na vida diária, chegaram a adquirir significados de natureza mágica. O colecionismo ou o ato colecionador é tema de várias áreas do conhecimento e prática que remonta aos primórdios da civilização humana. Colecionar pode inclusive se fazer análogo à condição da razão e à ordenação do discurso (Renault e Araújo, 2015) .

A primeira coleção que recebeu a denominação de museu foi a do Louvre na França, aberta ao público em 1750. Depois a palavra museu tornou-se habitual para designar coleções de qualquer natureza (públicas ou particulares), e até há bem pouco tempo, o museu destinava-se apenas a abrigar e conservar coleções: era sua única finalidade. A passagem do colecionáveis para o museu é produzida na Grécia antiga, e é precisamente nessa altura que se origina o processo de musealização do objeto, tanto nas coleções de carácter político como religioso. O termo colecionar forma parte de uma construção histórica do colecionismo remontando aos primórdios da humanidade, que:

Coletando e, logo, colecionando, nossos ancestrais aprenderam a discernir recursos naturais e a seleccionar possibilidades vitais do mundo; desde a pré-história e a cada nova geração conseguiu organizar sons e sinais sob a forma de discurso. Com estes dois dons, coletar e falar abrem-se diante de nós as condições essenciais da vida comunitária: sustentabilidade e comunicação. (Marshall, 2005, p. 14).

Repensar o papel dos museus na sociedade atual, como instituições de memória e de salvaguarda das coleções da nação, plena de exigências, nos obriga a centrar-nos no papel que eles vêm desempenhando como instituições culturais, com objetivos e metas definidos há muito tempo; e em como foram ampliando sua atuação, sem esquecer sua essência real. Segundo o Conselho Internacional de Museus (ICOM), o atual conceito de museu é definido da seguinte maneira: o museu é uma instituição permanente, aberta ao público, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que adquire, conserva pesquisa, expõe e divulga as evidências materiais e os bens representativos do homem e da natureza, com a finalidade de promover o conhecimento, a educação e o lazer. (Desvallées e Mairesse, 2009).

Com este sentido, a instituição museu passa a ser uma grande promotora do desenvolvimento do homem, pois retrata a sua diversidade e a variada gama de



Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Revista Publicando, 5 No 16. (1). 2018, 265-286. ISSN 1390-9304

possibilidades da civilização representada pela cultura material depositada no seu acervo. O museu é de grande importância para os cidadãos do ponto de vista educacional.

A função que o museu exerce na vida de um povo é muito relevante, haja vista que, conforme observa Desvallées e Mairesse (2009), este apresenta à coletividade sua história e sua cultura. Esta instituição deve promover ações para que a comunidade valorize sua identidade e preserve seu patrimônio cultural, pois:

A função do museu deve centrar-se em poder colocar a população local em contato com sua própria história, suas tradições e valores. Por meio destas atividades o museu contribui para que a comunidade tome consciência de sua própria identidade que geralmente tenha sido escamoteada por razões de ordem histórica, social e racial. (Documento do ICOM – Conselho Internacional de Museus 1986).

Portanto, o desempenho dessa função social do museu envolve técnicas, recursos e ações socioeducativas, cujo objetivo é permitir que a população conhecesse o museu, as pesquisas e projetos que realiza.

Todas essas ações são formas de o museu contribuir para o desenvolvimento da capacidade individual e coletiva do cidadão, permitindo a eles informar-se e aprender sobre seu passado, por meio da valorização e preservação do seu patrimônio cultural.

1.2. Patrimônio Cultural

O patrimônio cultural é entendido como todos os bens, materiais e imateriais, naturais ou construídos, que uma pessoa ou um povo possui ou consegue acumular. Para este artigo a referência a *patrimônio* deve-se entender como sendo o conjunto de bens materiais e imateriais passíveis de serem mantidos e conservados e expostos ao público com o objetivo de se fazer conhecer a cultura e história de um povo de geração a geração a fim de se criar possibilidade de externalização e socialização do conhecimento contido nos acervos museológicos.

Emanuel Caboclo, que chefia o departamento de patrimônio imóvel em Angola, falava numa palestra organizada pela direção do Museu Nacional de História Militar em alusão aos 18 de Abril, Dia Mundial dos Monumentos e Sítios, fazendo referência a que: “a memória e a identidade dos povos devem ser vistas como a vivência coletiva, da religiosidade, do entretenimento e de muitas práticas da vida social, os elementos e



Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Revista Publicando, 5 No 16. (1). 2018, 265-286. ISSN 1390-9304

espaços que simbolizam práticas culturais coletivas, bem como articular com elementos modernos e exigências socioculturais”. (Caboclo, 2016)

A sociedade deve contribuir para o reconhecimento, preservação e valorização do patrimônio cultural e herança histórica de uma nação, bem como a criação de associações ou fundações para a defesa e conservação dos seus bens culturais. O patrimônio cultural tem como sujeito elementos de interesses da sociedade que reflete relevância e abrange bens de natureza diversa, que se podem classificar como materiais ou imateriais, móveis e imóveis, públicos ou privados.

O patrimônio ambiental, natural e cultural, é elemento fundamental da civilização e da cultura dos povos, e a ameaça de seu desaparecimento é assustadora, porque ameaça o desaparecimento da própria sociedade. Enquanto o patrimônio natural é a garantia de sobrevivência física da humanidade, que necessita do ecossistema – ar, água e alimentos – para viver, o patrimônio cultural é garantia de sobrevivência dos povos, porque é produto e testemunho de sua vida. Um povo sem cultura ou dela afastado, é como um grupo sem norte, sem capacidade de escrever sua própria história e, portanto, sem condições de traçar o rumo de seu destino.

Vistos que os bens patrimoniais passam por transformações físicas, químicas e biológicas para os tangíveis e sócias para os intangíveis eles precisam ser preservados e conservados. A necessidade de preservar surge por que cada indivíduo é parte de um todo da sociedade e do ambiente onde vive – e constrói, com os demais, a história dessa sociedade, legando às gerações futuras, por meio dos produtos criados e das intervenções no ambiente, registros capazes de propiciar a compreensão da história humana pelas gerações futuras.

A destruição dos bens legados das gerações passadas acarreta o rompimento da corrente do conhecimento, levando-nos a repetir incessantemente experiências já vividas. Atualmente, a importância da preservação ganha novo foco, decorrente da necessária consciência de diminuirmos o impacto sobre o ambiente, provocado pela produção de bens.

1.3. Os museus e o patrimônio cultural, uma relação complexa.

A salvaguarda do Patrimônio Cultural é um tema que tem merecido particular destaque nos últimos anos nos fóruns internacionais, especialmente os promovidos pela



Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Revista Publicando, 5 No 16. (1). 2018, 265-286. ISSN 1390-9304

UNESCO, motivando o interesse crescente de profissionais de várias áreas para a sua investigação e análise.

Os museus são instituições patrimoniais, que em sua constituição são responsáveis pela guarda de objetos colecionados considerados patrimônio cultural, histórico, seja ele material ou imaterial. Assim nesta epígrafe o artigo se propõe a esclarecer a relação complexa que existe entre bens patrimoniais e os museus.

Ao longo de mais de vinte séculos, os bens imóveis e móveis, incluindo as coleções na segunda categoria, passaram da condição de guardados em âmbito privado e foram transmigrados para a situação de bens sob proteção e tratamento em contexto coletivo e de acesso público. Entrelaçados pelo compasso histórico compuseram interpretações e ações estabelecidas no quadro combinado da Museologia e do Patrimônio. O ponto de união se construiu conforme vários aspectos históricos amalgamados à imagem da preservação sustentada, por sua vez, pelo procedimento conceitual e prático instaurador da tutela consolidada nos processos de institucionalização, a salvaguarda, desenvolvidos pelos processos da patrimonialização e da musealização como representações do poder simbólico.

Em ambos, os modelos de apropriação teórica e prática elegeram como objetos básicos para o tratamento os planos do tangível (material) e do intangível (imaterial), passíveis de serem interpretados na qualidade de referências culturais no tempo-espço histórico e geográfico. Em razão disso, desenvolveram-se atividades que, refletindo a ideia ampla da preservação, fizeram-se calcadas em grandes linhas vinculadas aos seguintes procedimentos: a seleção dos bens e a documentação realizando de imediato o registro, ou seja, a inscrição formal no regime de tutela/custódia administrativa (simbólica, a exemplo da Lista do Patrimônio Mundial) e iniciando o primeiro passo da catalogação, que descreve pormenorizadamente cada item patrimonializado / musealizado; o ato de assegurar a permanência (manutenção física) pela intervenção da conservação preventiva e pela restauração, quando necessário.

E, ainda, complementado o elenco destas ações de gestão patrimonial e museológica, realizaram outras práticas inerentes tanto a características específicas das categorias e tipologias dos bens quanto às normas que orientam as decisões da institucionalização, cujo pano de fundo é o propósito do benefício social, que, no assunto



Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Revista Publicando, 5 No 16. (1). 2018, 265-286. ISSN 1390-9304

em pauta, tem como destinatário os grupos de cidadãos, os usufrutuários dos bens do Patrimônio (musealizável) ou do Patrimônio musealizado.

Na longa trajetória em que se foi moldando o binômio Patrimônio e Museologia-Museu, o estudo dessa relação sob a égide de uma iniciativa de caráter oficial e em cenário internacional foi selado na primeira metade do século XX, sendo que o Escritório Internacional de Museus (OIM), no quadro da Sociedade (Liga) das Nações, teve papel relevante na inserção da questão do Patrimônio em contexto mundial. Essa organização realizou o Primeiro Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos. Encontro considerado pioneiro para os padrões da época e, nos dias de hoje, um marco no tema da Preservação de obras de arte, conjugando Museus e Patrimônio. O congresso reuniu profissionais de vários campos: especialistas em museus, arquitetura, história da arte e restauradores, entre outros. O documento resultante é a Carta de Atenas para a Restauração de Monumentos Históricos, datado de outubro de 1931, chancelado pela Sociedade das Nações, que cita o OIM como partícipe da responsabilidade por ações ligadas a inventários e atividades para preservar ou restaurar monumentos (ICOMOS, 1931). É o “primeiro documento internacional a reunir deliberações de consenso entre vários países, referentes aos temas do patrimônio e restauro” (Almeida, 2010, p. 9).

Na afirmativa do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), o evento organizado pelo OIM e o respectivo documento, Carta de Atenas de 1931, juntamente com outro do mesmo nome, mas datado de novembro 1933 e resultante da Quarta Assembleia do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), ocupam posição de destaque na interpretação do tema Patrimônio, na medida em que foi “introduzido pela primeira vez na história o conceito de patrimônio internacional” (ICOMOS, 1931).

Outra ação do campo museológico em favor das questões do patrimônio e também no panorama internacional deve-se ao Conselho Internacional de Museus (ICOM), que permanece atuando na trilha aberta pelo OIM. Trata-se do processo de criação de entidade congênere, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), em 1965, no qual o ICOM teve papel relevante. No documento elaborado pelo Segundo Congresso de Arquitetos e Especialistas de Construções Históricas (1964), a responsabilidade do ICOM nos destinos do novo Conselho está assinalada ao compor o Comitê Organizador, na qualidade de membro ex-officio. (ICOMOS, 1964a).



Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Revista Publicando, 5 No 16. (1). 2018, 265-286. ISSN 1390-9304

Ao se tratar de processo interativo entre ICOM (Museologia) e ICOMOS (Patrimônio), cabe trazer à lembrança que o ICOMOS foi o ‘inspirador’ para o conceito de Patrimônio Mundial. No momento presente, tem poder de voto consultivo junto à UNESCO para os assuntos relativos ao Patrimônio Mundial. E nesse quadro, nas listas correspondentes aos tipos patrimoniais nomeados de Natural e Cultural, estão inscritas as representações musealizadas.

A relação entre Patrimônio e Museologia também foi expressa em plano teórico de 1982 pelos profissionais do campo Klaus Schreiner e Tomislav Sola, membros do Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM) do ICOM, propondo o termo Patrimoniologia (Heritology) como indicativo da interpretação para a Museologia (Desvalées, 2000, p. 23). Tomaram por base a ampliação conceitual para definições de Museologia e Museu que se vinha processando na segunda metade do século XX (explicado no item Museion).

Mensch (1994, p. 14), teórico do campo, explicita afirmando que a designação assinala uma nova percepção, pois o sentido emprestado “não é mais centrado no Museu, mas lida com a nossa atitude em relação a nossa herança como um todo”. A perspectiva desta interpretação abriu caminho para respaldar, formalizando, o trato do Patrimônio Intangível no concerto museológico.

Associados ao binômio Museologia-Museu e Patrimônio-Herança, emergem os elementos representativos da memória coletiva, sinais simbólicos ancorados nas lembranças referenciais que modulam os grupos sociais nas suas diversidades culturais.

As coleções e demais formas musealizadas, por sua vez, são apropriações culturais de exemplares de origem cultural e natural, aos quais foram atribuídos também valores culturais de ‘distinção’ (ou a diferença de identidades) e representando, em face disso, os bens, ou melhor, o Patrimônio, propriedade de face comum culturalmente relacionada a cada um dos grupos, entre os vários grupos sociais, e tratados sob a perspectiva da Museologia.

As vertentes das modalidades culturais interpretativas compostas pela Patrimonialização e Musealização integram o perfil dos agentes da ação de responsabilidade social e são legitimadas para zelar por um conjunto de bens, detentor de valor cultural e destinado à transmissão como herança coletiva. Emprestando, ainda, tal sentido para determinar a modelagem das suas finalidades em um roteiro comum. Em



Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Revista Publicando, 5 No 16. (1). 2018, 265-286. ISSN 1390-9304

síntese, um processo que a dimensão da cultura construiu interligando as formas simbólicas exercidas pela Museologia e pelo Patrimônio.

1.4. O advento da Museologia em Angola.

A história dos museus em Angola remonta praticamente à segunda década do Século XX, quando se iniciaram pesquisas de carácter étnico e cultural, dirigidas pelo etnólogo José Redinha e que culminaram na abertura do Museu do Dundo, em 1936. Foi o primeiro museu de Angola, cuja propriedade era da Companhia de Diamantes de Angola, DIAMANG, a antecessora da ENDIAMA.

Nessa altura, já estavam em curso outras pesquisas um pouco por toda Angola. Fruto desse aturado trabalho foi criado em 1938 o Museu de Angola pela portaria n.º 6 assinada pelo antigo ministro do Ultramar de Portugal, Francisco José Vieira Machado, ao tempo em que Angola era colónia lusitana.

A criação do Museu de Angola é obra para a qual concorreu o esforço de muita gente. Porém, uma pessoa que mais se bateu para a sua fundação foi António Correia de Freitas, então diretor do jornal “A Província de Angola”. Devotado animador das artes e de artistas, chegou a transformar o seu gabinete de trabalho em centro de passagem e de reunião de indivíduos pensantes e intelectuais da Luanda da década de 1930 e de 1940.

Missionário culto e insigne, além de diligente agente da vida cultural cidadina, Monsenhor Manuel Alves da Cunha foi indicado para presidir a comissão instaladora do museu ora criado. O prelado tinha então uma das mais importantes coleções e documentos que acabaram sendo os primeiros materiais museográficos da instituição acabada de criar.

Outra figura cujo contributo foi determinante para a edificação do museu foi o historiador Alberto Jorge Ferreira de Lima, autor de várias obras de carácter histórico sobre Angola, destacando-se entre as mesmas uma História de Angola em dois volumes, editada em 1932.

Instalado na Fortaleza de São Miguel, o Museu de Angola teve como primeiro conservador o capitão João Correia e a sua fase inicial foi essencialmente de organização e projecção, para o que concorreram notáveis entidades da urbe luandense. Inicialmente, o Museu de Angola estava dividido nas secções de Etnografia, História, Zoologia, Botânica, Geologia, Economia e Arte. Por ocasião da sua fundação, foram-lhe apensos uma biblioteca e o arquivo histórico colonial, de que é sucedâneo o Arquivo Histórico Nacional.



Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Revista Publicando, 5 No 16. (1). 2018, 265-286. ISSN 1390-9304

Por outro lado, era terminantemente proibida a exportação de coleções, inclusive particulares, que pudessem servir ao estudo da etnografia das populações nativas, ficando estas reservadas ao Estado, como monumentos nacionais. Os elementos naturais de interesse geológico especial que existiam em Angola tinham tratamento igual.

A segunda etapa do museu, iniciada mais ou menos por volta de 1946, foi de melhoramento estrutural e enriquecimento, no que teve papel relevante o desembargador Manuel de Gusmão de Mascarenhas Gavião. Foi o abnegado empenho dessa figura que levou o museu ao mais alto nível de fulgor, assim como a sua expansão, traduzido na criação do edifício de Ciências Naturais – paralelamente à Fortaleza de São Miguel – e de projetos de um museu verdadeiramente credor desse nome, à exata medida das necessidades históricas, culturais e turísticas de Angola daquela época em que a instituição era dirigida pelo Dr. Carlos Coimbra, um conhecido homem de letras de Luanda antiga. Nessa época de afinação do museu, o nome do engenheiro Augusto de Carvalho da Silva Pinto impôs-se pela relevância dos serviços prestados.

Apesar da dedicação de várias figuras da cidade de Luanda, a existência do Museu de Angola nem sempre navegou sobre um mar de rosas. Antes pelo contrário, passou por várias vicissitudes e atribulações até firmar-se definitivamente, algo que aconteceu mais ou menos por volta do início da década de 1960, sob direção do engenheiro Virgílio Canas Martins.

Nascida na Fortaleza de São Miguel, um monumento aperfeiçoado a partir do forte de taipas da época de Paulo Dias de Novais, o museu ficou instalado nesse local até 1961, altura em que o edifício voltou a ter serventia militar. Como era de esperar, assenta raízes de forma bem profunda na própria história de Angola. Foi por isso que posteriormente desmembrou-se para dar lugar a outro museu, no caso o de Ciências Naturais em 1956, antecessora do Museu Nacional de História Natural.

Depois dos 11 de Novembro de 1975 foram criados alguns museus com o objetivo de resgatar os valores culturais nativos, aproveitando muito da estrutura e do acervo herdado colonial. A maior parte dos museus estão sob controlo do Ministério da Cultura, havendo outros sob tutela de distintas entidades, como são os casos, por exemplo, do Museu do Café e Museu das Telecomunicações, respectivamente adstritos aos Ministérios da Agricultura e das Telecomunicações.



Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Revista Publicando, 5 No 16. (1). 2018, 265-286. ISSN 1390-9304

Vuvu (2012), Director Nacional dos Museus em Angola refere que; a conquista da paz em Angola, em 2002, propiciou o surgimento considerável de museus, especialmente os ligados a determinadas instituições do país. Além dos tradicionais museus já existentes, foram criados outros em instituições como ministérios e ao nível das Forças Armadas Angolanas. Como exemplo, em 2011 inaugurou-se o Museu da Tentativa, na província do Bengo, em comemoração ao dia 4 de Fevereiro (Dia do Início da Luta Armada em Angola).

No Decreto presidencial Lei nº 44/11 de 7 de Março, os museus são instituições que contribuem para o resgate e valorização da memória coletiva e da cultura e material e espiritual, na formação da consciência e na reafirmação da identidade cultural dos povos; Tendo em conta que a criação, organização e funcionamento dos museus depende de regras especiais consentâneas com as suas atribuições como instituições científicas e culturais. O presente Decreto no Artigo 2 – 6 do Capítulo 1 define e aprova o estatuto geral dos museus em Angola delegando a responsabilidade ao Departamento Nacional do Museus (Ministério da Cultura).

2. RESULTADO DA PESQUISA

Usando os métodos bibliográficos e revisão documental, esta epígrafe trás as respostas sobre a importância dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural e histórico de um país estudando o caso de Angola, e para isso fez um recorrido as políticas públicas com o objetivo de se obter dados sobre a influência do poder público na preservação do patrimônio e implementação das instituições museológicas.

A proteção do patrimônio cultural constitui um problema e conseqüentemente uma necessidade na República de Angola, partindo da sua característica como nação pluriétnica e multicultural, e da situação existente no país, que não se afasta do problema reconhecido como fundamento dos instrumentos internacionais: a ameaça de sua perda e destruição.

“Angola é um país pluriétnico e multicultural (“ uma Nação de várias nações”), como a definiu o poeta Agostinho Neto, primeiro Presidente da República independente), cuja identidade se foi forjando ao longo de séculos de uma história conflituosa, feita de trocas socioeconómicas, biológicas, culturais e linguísticas entre intervenientes de muitas origens, alguns deles provindos de fora do continente”. (Embaixada da República de Angola, Japão, 2013).



Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Revista Publicando, 5 No 16. (1). 2018, 265-286. ISSN 1390-9304

Existe, pois, uma convocatória á proteção do patrimônio cultural que tem como ponto de partida na Constituição da República de Angola, destacando-se os Artigos: 87.º: reconhecimento de que os cidadãos e as comunidades têm direito ao respeito, valorização e preservação da sua identidade cultural, linguística e artística. O Estado promove e estimula a conservação e valorização do património histórico, cultural e artístico do povo angolano; 12.º: o respeito e aplicação dos princípios da Carta da Organização das Nações Unidas e da Carta da União Africana. A República de Angola empenha-se no reforço da identidade africana e no fortalecimento da ação dos Estados africanos em favor da potenciação do património cultural dos povos africanos; 19º: o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola; 21.º tarefas fundamentais do Estado: criar progressivamente as condições necessárias para tornar efetivos os direitos sociais e culturais dos cidadãos; promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado em todo o território nacional, protegendo o património histórico, cultural e artístico nacional; proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação.

Preocupados com a conservação e preservação do patrimônio cultural do povo Angolano, a Lei n° 44/11 de 7 de Março, no Artigos n.º 4 o define as atribuições dos museus devem cumprir no exercício de suas atividades como: recolher, inventariar, classificar, preservar, investigar, expor e divulgar o patrimônio histórico – Cultural móvel; expor ao público o resultado das suas investigação para fins educativos, formativos e informativos; estabelecer relações com outras instituição congêneres para trocar de experiências e melhor circulação da informação científico-cultural; valorizar a cultura da sua zona de ação para a consciencialização da sociedade, com vista a proteção da sua identidade cultural; assegurar e promover a preservação do meio ambiente; divulgar o acervo cultural sob a sua alçada, constituído por coleções paleontológicas, etnográficas, históricas, arqueológicas, antropológicas, zoológicas, botânicas, geológicas, artísticas, bibliográficas, tecnológicas, filatélicas, numismáticas entre outras.

Angola atualmente conta com 16 museus públicos dos quais 9 são nacionais, 4 são regionais, 3 são locais. Conforme constatado na tabela a seguir:

Museus Públicos De Angola	Local	Classificação
Museu de Arquitetura	Benguela	Nacional



Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Revista Publicando, 5 No 16. (1). 2018, 265-286. ISSN 1390-9304

Museu de Cabinda	Cabinda	Regional
Museu Etnográfico	Dundo	Nacional
Museu do Planalto Central	Huambo	Regional
Museu de Etnografia Do Lobito	Lobito	Regional
Museu da Antropologia	Luanda	Nacional
Museu da Escravatura	Luanda	Nacional
Museu da Forças Aéreas Nacional	Luanda	Nacional
Museu da Moeda	Luanda	Nacional
Museu de Geologia, Paleontologia, E Mineralogia.	Luanda	Local
Museu de História Militar	Luanda	Nacional
Museu de História Natural	Luanda	Nacional
Museu do Café	Luanda	Local
Museu da Huíla	Lubango	Regional
Museu dos Reis Do Congo	Mbanza Congo	Nacional
Museu da Pesca	Namibe	Local

Os museus são instituições vivas que ajudam a criar laços entre os visitantes, gerações e culturas em todo o mundo. Os museus enfrentam constantes mudanças que obrigam a reconsiderar a sua missão tradicional e procurar novas estratégias para atrair visitantes a visionar coleções mais acessíveis. Assim, muitos museus renovam os métodos tradicionais de apresentação de suas coleções, a fim de envolver a comunidade e de manter contacto com o seu público. A importância dos museus em Angola transcende o seu valor cultural, apesar de serem instituições integradas numa lógica de promoção da cultura e num desejo de preservar a memória histórica dos povos. São através dos museus que as novas gerações tomam conhecimentos sobre os hábitos, costumes e outros aspectos culturais dos seus antepassados.

3. CONCLUSÃO

Preservar o patrimônio histórico e cultural dos povos faz com que as marcas de sua história se perpetuem no tempo, assegurando sua diversidade cultural e o planejamento de construções dinâmicas que enriqueçam ainda mais aquela região. Os



Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Revista Publicando, 5 No 16. (1). 2018, 265-286. ISSN 1390-9304

museus desde a sua formação são instituições criadas para salvaguardar os bens patrimoniais de um indivíduo ou povo.

Os museus públicos de um país são de grande importância por que contribuem para a preservação da memória cultural coletiva por serem instituições tuteladas pelo poder público, além de preservar contribuem significativamente para construção social e integração cultural sobre tudo em países pluriétnicos como é o caso de Angola. Sendo uma jovem nação com uma idade de menos de 40 anos, Angola está a trabalhar arduamente na reconstrução do seu país e melhoria da qualidade de vida do seu povo. Nesta política do desenvolvimento, o patrimônio é considerado como um dos fatores chave para a sua materialização.

Por outro lado, por possuírem os museus, documentos com grande ênfase da vivência passada dos homens, são também instituições que passam e testemunham o conhecimento vivido e construído pelos antepassados a fim de serem compartilhados pelos seres vivos do presente.

4. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agencia Angola Express – ANGOP. (23 agosto de 2015 | 17h11). Museus fundamentais na transmissão de conhecimentos sobre as comunidades diretor Nacional dos Museus Dr. Ziva Domingos. Lazer e Cultura: por Venceslau Mateus.
- Almeida, E. D. (2010). Uma releitura das Cartas de Atenas. *Integração. São Paulo, Ano XVI*, (60), 5-14. Recuperado de: http://usjt.br/pub/revint/5_60.pdf.
- Alves, K. (2015). A produção de conhecimento nos museus e os processos curatoriais. Recuperado de: <https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2015/10/AulaPesqCuradoria-SISEM2015.pdf>
- Barros, S. R. (2001). Matrimônio e patrimônio. *Revista Brasileira de Direito de Família*, 11. Recuperado de: <http://www.srbarros.com.br/pt/matrimonio-e-patrimonio.cont>. Acesso em: Outubro. 2017.
- Carlan, C. U. (2008). Os museus e o patrimônio histórico: uma relação complexa. *História (São Paulo)*, 27(2), 75-88. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200005
- Constituinte, A. (2010). Constituição da República de Angola. *Consultado a, 11*. Recuperado de: http://ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---ilo_aids/documents/legaldocument/wcms_125141.pdf



Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Revista Publicando, 5 No 16. (1). 2018, 265-286. ISSN 1390-9304

- de Assumpção Alves, A. F. (2008). O tombamento como instrumento de proteção ao patrimônio cultural. *Revista brasileira de estudos políticos*, 98, 65-98. Recuperado de: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/69>
- Decreto Presidencial n.º 14/05. (2005). Lei do Patrimônio Cultural. Diário da República. Recuperado de: http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=244276
- Decreto Presidencial n.º 205/15. (2015). Estatuto geral do instituto Nacional do Patrimônio. Diário da República Iª Série n.º 149 (29/10/2015). Recuperado de: <http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/pt/ao/ao015pt.pdf>
- Decreto Presidencial n.º 44/11. (2011). Estatuto Geral dos Museus. Diário da República Iª Série n.º 44 (07/05/2011), (Pág. 1291). Recuperado de: www.mincult.gov.ao/download.aspx?id=808&tipo=legislacao.
- Desvallées, A. (2000). Terminología Museológica: proyecto permanente de investigación. *Mayo: ICOFOM/ICOFOM LAM*.
- Desvallées, A., & Mairesse, F. (Eds.). (2013). *Conceitos-chave de Museologia*. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus. Recuperado de: <https://www.museuindianuivre.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Museus-3.pdf>
- Fernandes, M. V. (S.d). As coleções etnográficas dos museus de Angola, Numa Perspectiva histórica e Antropológica.
- Flores, A. Q., e Boch, M. (2010). Public Policy And Cultural Heritage The History Rescue And Assertion Of People Identity: Case Study In Touristic Cities Of Serra Gaúcha: South Brazil.
- Ghirardello, N. e Spisso, B. (2008). Patrimônio histórico: como e por que preservar. *Bauru, SP: Canal*, 6.
- ICOMOS. (1931). The Athens Charter for the restoration of historic monuments. Adopted at the first International Congress of Architects and Technicians of Historic Monuments, Athens. Recuperado de : <http://www.icomos.org/index.php/en/charters-and-texts?id=167:theathenscharter-for-the-restoration-of-historicmonuments&catid=179:chartersand-standards>.
- ICOMOS-BR. (2011). Cartas Internacionais. Carta de Atenas. Sociedade das Nações, outubro de 1931. Recuperado de: http://www.icomos.org.br/002_001.html.
- International Charter for de Conservation and Restoration of Monuments and sites – ICOMOS (1964b). Document 2 – Resolution concerning the creation of an



Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Revista Publicando, 5 No 16. (1). 2018, 265-286. ISSN 1390-9304

- international non-governmental organisation for monuments and sites. Recuperado de: <<http://www.international.icomos.org/publications/hommedecin.pdf>>.
- International Council of Museums - (ICOM). (2006). The International Committees of ICOM. Recuperado de: <<http://www.museum.or.jp/icom-J/internationals.html>>.
- International Council of Sites and Monuments - ICOMOS. (s.d.). Recuperado de: <<http://www.icomos.org/en/about-icomos/missionand-vision/history>>.
- Japan, Embassy of Republic Of Angola. (2013). A particularidade cultural. Japão: autor.
- Lima, D. F. C. (2012). Museologia- Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 1(1), 31-50. Recuperado de: <http://www.redalyc.org/pdf/3940/394034995004.pdf>
- Marshall, F. (2005). Epistemologias históricas do colecionismo. *Episteme*, 20, 13-23. Recuperado de: https://www.researchgate.net/profile/Francisco_Marshall/publication/264849099_EPISTEMOLOGIAS_HISTORICAS_DO_COLECCIONISMO/links/542ad07f0cf29bbc126a7565.pdf
- Mensch, P. V. (1994). *O objeto de estudo da Museologia*. Uni-Rio; UGF. Pretextos Museológicos.
- Minayo, M. C. (2002). Pesquisa social: teoria e método. *Petrópolis: vozes*. Recuperado de: http://ascas.edu.br/cursos/downloads_18_03_2016_15_27_fb2079d3ca27db5d640828cbe2e1595e.pdf
- Nilda, H. R. (S.d). A Proteção Do Patrimônio Imaterial Angolano. Um Valor No Centro Da Gestão Extensionista Da Universidade. Recuperado de: <http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/03/24-NPerez-A-proteccao-do-patrominio-inaterial-angolano.pdf>
- Renault, L. V., & Araújo, C. A. Á. (2015). O ato colecionador: uma visão a partir das disciplinas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, 6(1), 79-92. Recuperado de: <http://www.periodicos.usp.br/incid/article/view/76155>.
- Sahaidak, A. e Guimarães, S. K. (2015). *O Poder Público Na Construção E Manutenção Do Patrimônio Cultural: Ações E Narrativas Para A Preservação Da Memória*



Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola.

Revista Publicando, 5 No 16. (1). 2018, 265-286. ISSN 1390-9304

Do Tropeirismo Em Ponta Grossa. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Recuperado de: http://www.cih2015.eventos.dype.com.br/resources/anais/4/1441114653_ARQUIVO_OPODERPUBLIC.pdf